

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO PROPULSORA DA EMANCIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Michaelly Calixto dos Santos¹

Mirian Patricia de Albuquerque Ferreira²

Resumo

A Educação é compreendida como um direito humano segundo a Declaração de Direitos Humanos, e tal Educação deve estar pautada nos princípios éticos, equitativos, de paz, valores sociais e humanos. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre a importância da Educação em Direitos Humanos para a emancipação social dos sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social. Para isso, foi realizado como base metodológica estudo teórico baseado na pesquisa bibliográfica em que utilizamos como principais teóricos: Freire (1977); Brasil (1948); Peroza, Silva, Akkari (2013); Padilha (2008); Tavares (2011) e um estudo de caso sobre a atuação de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua no município de Maceió com sujeitos em vulnerabilidade social do bairro do Vergel do Lago. A OSC que é nosso campo de estudo atua como sua prática pedagógica a metodologia freireana que compreende a educação como direito humano e com isso, visa a formação integral dos sujeitos, isto é, sujeitos humanos, sociais, culturais e políticos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Organização da Sociedade Civil; Emancipação social

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos compreende como uma educação que valoriza o sujeito enquanto ser humano, social e cultural, respeitando e valorizando suas especificidades e singularidades.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Docente da rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas, michaellycalixto@outlook.com

² Bacharel em Direito pela Faculdade da Cidade de Maceió, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade IBMEC São Paulo e Instituto Damásio de Direito, Pós-graduanda em Direitos Humanos pelo Legale Educacional S.A. Coordenadora Pedagógica do Instituto Mandaver, mirian.patriciaaf@gmail.com



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semec/revista-saberes-docentes-em-acao>

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) vem crescendo sua atuação nos últimos anos no Brasil, tais atendem sujeitos e comunidades que vivem em estado de vulnerabilidade social. Em Maceió, especificamente no bairro do Vergel, o Instituto Mandaver atua com ações que possibilitem não somente o empoderamento dos sujeitos que residem neste bairro empobrecido como também atua para a transformação social da comunidade. Para isso, a organização atua com oficinas de cultura, esporte, qualificação profissional, empreendedorismo e empregabilidade. A instituição tem o ser humano como seu maior bem, acredita no poder de gente transformando gente.

A metodologia educacional da instituição é baseada na pedagogia de Paulo Freire que acredita na educação a partir da valorização da dignidade humana e na importância da formação de sujeitos sociais, conscientes e críticos para a transformação social, sendo assim, a instituição atua com uma educação pautada nos direitos humanos dos sujeitos que ela atende.

Desta forma, esta pesquisa é resultante de nossa inquietação diante do tema, cuja abordagem é pouco explorada no campo educacional.

Diante do desafio de problematizar essas questões, esse trabalho foi realizado na adoção das metodologias de estudo teórico, de autores que subsidiam nossa pesquisa e estudo de caso, de forma a aprofundar nosso estudo e investigar o fenômeno aqui abordado. Os dados dessa pesquisa foram desenvolvidos no Instituto Mandaver, organização da sociedade civil que compreende nosso campo de pesquisa. Nosso trabalho tem como base a) pesquisa bibliográfica e b) estudo de caso, para tecermos apontamentos e propiciar uma construção mais rica no que tange a discussão e problematização da temática.

Conhecer, discutir, problematizar e refletir sobre o trabalho pedagógico norteado pela Educação em Direitos Humanos que ocorre nas Organizações da Sociedade Civil (OSC) é primordial para entender os processos educativos que permeia tais instituições, e como tais processos implicam na formação integral dos



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

sujeitos, atuando na emancipação social dos sujeitos que vivem em vulnerabilidade social.

Para isto, tomamos como referenciais autores como: Freire (1977), Peroza, Silva, Akkari (2013), Padilha (2008), Tavares (2011), entre outros que nos ajudam a compreender e analisar sobre o trabalho pedagógico norteado pela Educação em Direitos Humanos, para a emancipação social dos sujeitos, aqui estudada.

Caracterização da Instituição

O Instituto Mandaver é uma Organização Social (OS), sem fins lucrativos, que atua na promoção da cidadania, através de ações de assistência e empreendedorismo social. Nossos eixos de atuação para com a comunidade são oficinas de cultura, esporte e qualificação profissional, sendo assim uma propulsora de geração de renda para diversas famílias. Desta forma, atuando significativamente na transformação social do bairro do Vergel do Lago, localizado na cidade de Maceió, estado de Alagoas.

O Instituto Mandaver foi criado em 2018, através do sonho de transformar a realidade do bairro do Vergel do Lago e a vida de seus moradores. Foi nas margens da Lagoa Mundaú, conhecida pela extração do sururu, que é patrimônio cultural de Alagoas, que originou o Instituto. Este, foi idealizado pelo líder social Carlos Jorge, que já realizava trabalhos comunitários no local e tinha o sonho de mudar a realidade sociogeográfica da região, tornando o Vergel um dos lugares mais inovadores e empreendedores do estado.

O Instituto tem como missão promover a cidadania com ações empreendedoras, através do esporte, cultura, qualificação profissional e geração de renda e tem como visão tornar o Vergel um dos lugares mais inovadores e empreendedores de Alagoas.

<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

Destarte, o instituto existe para influenciar uma geração a ressignificar sua identidade e ser potencializadora do seu futuro, causando impacto na sua comunidade local.

Contexto social

O Instituto Mandaver está situado no bairro do Vergel, localizado em Maceió, Alagoas. Segundo o censo de 2010 do IBGE, o bairro abriga 32 mil habitantes e tem como perfil de habitantes, pessoas que possuem um baixo rendimento econômico e níveis educacionais insatisfatórios.

Segundo uma pesquisa de mercado realizada em 2020, constatou-se que a metade da população do Vergel do Lago vive com menos de um salário-mínimo, a fonte de renda é oriunda de programas de governo e de empregos informais. Uma grande parcela da população tem o Bolsa Família como sua principal renda. Nesse sentido, percebe-se que a grande maioria das pessoas que residem no bairro se encontram em estado de vulnerabilidade social, precisando desta forma, de um assistencialismo social mais acentuado e políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Diante desse quadro socioeconômico e educativo, demonstra-se a importância de ações realizadas pelo terceiro setor, como se enquadra o Instituto Mandaver, isto é, ações que visam gerar impacto social, de forma a diminuir a desigualdade social.

O terceiro setor assume um sério compromisso no combate à marginalização social quando expande suas responsabilidades para a geração de emprego e renda, capacitação das pessoas para explorarem atividades próprias e também amparo e apoio a pessoas e famílias necessitadas (MAÑAS e MEDEIROS, 2012, p.24).

Desta forma, o Instituto acredita que através do assistencialismo, educação e do empreendedorismo social que será possível a transformação na vida dos sujeitos e do território, no qual estão localizados e com isso, possibilitar uma vida digna, justa e igualitária para a população que pertence a este bairro.



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semec/revista-saberes-docentes-em-acao>

O bairro do Vergel do Lago possui um grande potencial empreendedor, visto que é na lagoa Mundaú que é extraído o sururu, marisco que é considerado patrimônio imaterial de Alagoas e que é fomento de geração de renda para os moradores do bairro. É visando esse potencial empreendedor que tem-se a visão de tornar o Vergel um dos bairros mais inovadores e empreendedores de Alagoas.

Neste sentido, as ações do Instituto atendem não somente as necessidades básicas dos sujeitos, mas também a:

[...] melhor qualidade de vida, o amadurecimento da cidadania, voluntariado, virtudes sociais, aprimoramento das aptidões e habilidades profissionais, iniciativas beneficentes, cooperativismo, independência pessoal, espírito humanitário, solidariedade, partilha e outras ações de efeito similar. Trata-se de ações cada vez mais imprescindíveis para a sociedade como um todo. As assistências sem dúvida trazem efeito construtivo para todos, principalmente no caso do combate à mendicância, o analfabetismo e à violência. Toda a sociedade tende a lucrar com isto, pois é na eliminação desses fatores que a compreensão e a consciência ganham efeito construtivo e humano (MAÑAS E MEDEIROS, 2012, p.25).

É através de práticas conscientes, sociais e humanas que se elimina as barreiras que a desigualdade social estabelece na vida dos sujeitos.

Educação em Direitos Humanos

Entre os anos de 1939 a 1945 o mundo se viu envolvido na maior catástrofe já vista em toda a humanidade, qual seja, a Segunda Guerra Mundial, que trouxe um legado de dor e destruição sem precedentes. Grupos de judeus, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais foram exterminados. Como consequência dessa guerra foi criado em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) no intuito de assegurar que outra guerra como aquela não fosse vivenciada. Essa organização tem como objetivo mediar os conflitos que porventura venham a existir entre os países.

Diante disso, viu-se a necessidade da criação de mecanismos que trouxessem alguma segurança jurídica quanto à garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos, visto que situações injustas geradas pelas desigualdades sociais ocorriam sem nenhum tipo de reserva e pouco era feito para evitar tais circunstâncias.



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) com o intuito de assegurar que os direitos fundamentais do ser humano fossem respeitados por todos os países. A partir de então, os Direitos Humanos tornaram-se tema universal, pois todos os povos podem aderir aos documentos internacionais que tratam do tema.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) já foi traduzida em mais de 500 idiomas e tem inspirado muitas democracias servindo como base para diversas constituições. O Brasil é signatário, e como tal, afirma em seus documentos legais a preservação de todos esses direitos.

Ela possui 30 artigos que tratam dos direitos civis, sociais, políticos, culturais e econômicos, buscando garantir a dignidade aos seres humanos. Por se tratar de uma declaração não tem poder vinculante, mas é um documento de extrema importância devido a sua história, sendo muito mais que um instrumento que oferece normas orientadoras.

A educação de forma geral é um direito humano, visto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em seu artigo 26 o reconhece como tal, conforme lemos abaixo:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (BRASIL, 1948).

No Brasil no ano de 2003 houve a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Nos anos seguintes ele foi debatido em diversos eventos que tinham essa finalidade, assim tivemos o envolvimento de milhares de pessoas em todos os estados da nossa federação. Após esses debates o plano foi reformulado levando em conta tudo que foi discutido e em 2006 foi lançado em parceria entre o Ministério de Educação, Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

Esse documento busca construir uma cultura em Direitos Humanos, que resulte de um processo de vivência de uma cidadania ativa por parte dos sujeitos envolvidos que se comprometam com os princípios da justiça, da inclusão e da paz em relação à educação.

O trabalho pedagógico em Direitos Humanos de uma Organização da Sociedade Civil

A Educação é compreendida como um direito humano, segundo a Declaração de Direitos Humanos, e tal Educação deve estar pautada nos princípios éticos, equitativos, de paz, valores sociais e humanos. Partindo deste pressuposto que o Instituto Mandaver norteia o seu trabalho pedagógico.

O trabalho pedagógico do Instituto é baseado nas propostas de educação de Paulo Freire. O método de Freire tem por princípio a certeza de que a educação é um ato político, de construção, conhecimento e de criação de outra sociedade. “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar” (FREIRE, 1977. p.48).

Segundo Freire (1977), é necessário que os sujeitos tenham consciência das condições às quais estão submetidos e das possibilidades de mudanças que detém ao receberem o suporte devido para a transformação da sua realidade.

O Instituto utiliza como metodologia norteadora de seus processos pedagógicos, as metodologias ativas. Dentre estas, atuamos com sequências didáticas que abrangem temáticas necessárias e condizentes com a realidade social e cultural dos educandos, em que tais temáticas serão norteadas por uma palavra geradora.

As sequências didáticas consistem em metodologias ativas, que concebem o aluno como sujeito ativo e protagonista de sua aprendizagem. Nas sequências lançamos aos sujeitos educacionais as palavras geradoras que devem nortear os



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semec/revista-saberes-docentes-em-acao>

processos pedagógicos das oficinas de cultura e esporte, tais estas possibilitam ao educando a problematizar, refletir e propor soluções para o problema que é formulado a partir da palavra geradora. Neste sentido, os professores abordam em suas aulas de cultura e esporte, palavras geradoras, condizentes a sua realidade social e cultural, de forma a contribuir no desenvolvimento cognitivo, humano, e socioemocional das crianças e adolescentes.

O trabalho com palavras geradoras, condizentes com a realidade de mundo dos sujeitos compreende como além de uma formação humanística, que concebe os valores humanos imersos em atividades culturais e esportivas, mas também uma formação social, visto que desenvolve a reflexão, a criticidade a partir destas palavras geradoras.

O instituto preconiza em sua metodologia pedagógica uma educação que valorize e retifique os direitos da dignidade humana, com isso as palavras geradoras abordadas na prática pedagógica são pautadas em valores humanos e princípios éticos que possibilite a formação integral dos sujeitos, isto é, seres sociais, humanos, culturais e políticos.

Vale salientar que as palavras geradoras, fazem parte do método de alfabetização de Paulo Freire. Entretanto, a OSC ressignificou tal método para ser trabalhado em atividades culturais e esportivas do instituto, com isso, os sujeitos se apropriam da cultura que ali está sendo abordada, a ressignifica a partir de sua realidade e a transforma, segundo a sua realidade humana, social e cultural, no qual está inserido.

Dessarte, percebe-se que as palavras geradoras mais do que um método de alfabetização, compreende como um ato educativo humano e social, que deve estar inserido em todas as esferas educacionais, seja na educação formal ou não-formal.

A metodologia abordada na OSC é filiada a Freire, pois

Este reconhece a cultura do seu povo como porta de entrada para iniciar um diálogo significativo com a sua realidade, pois esta lhe permite captar a riqueza dos conhecimentos presentes do imaginário coletivo expressos na sua linguagem, muitas vezes sinônimos de resistência, bem como de



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semmed/revista-saberes-docentes-em-acao>

subserviência, também culturalmente elaborados como forma de resignação histórica para assegurar sua sobrevivência diante da dominação cultural. (PEROZA, SILVA, AKKARI, 2013, p. 464)

Não há como se trabalhar diversidade cultural, com sujeitos sociais sem abordar Paulo Freire. O ato educativo deve ser realizado a partir da dialogicidade entre educadores e educandos, de forma que a realidade social dos educandos seja valorizada, pois a partir desta é possível captar a riqueza de conhecimentos que reside nos educandos.

A dialeticidade que deve haver entre educação e cultura é a condição para que o conhecimento, resultado da investigação que brota desta relação, seja realmente significativo entre educandos e educadores. Uma prática educativa que se propõe democrática não pode ser invasiva, nem poderá sobrepor-se à realidade cultural em que se concretiza (PEROZA, SILVA, AKKARI, 2013, p. 464)

Portanto, o fazer pedagógico de uma Organização da Sociedade Civil, compreendida como educação não formal, consiste em um ato educativo que ressignifica os processos pedagógicos destes tipos de Organizações e mais do que isso, possibilita o desenvolvimento de sujeitos conscientes, críticos e reflexivos, sujeitos ativos e protagonistas da transformação social de suas realidades.

Vale salientar que apesar de Paulo Freire não mencionar diretamente a Educação em Direitos humanos, seus pressupostos são condizentes com uma educação que valoriza e retifica a dignidade humana. A partir de sua proposição teórica e metodológica o autor reitera e defende uma educação justa, democrática, que possibilite a emancipação dos sujeitos, isto é, uma educação social e humana.

A Educação em Direitos Humanos é compreendida como

[...] uma educação que nos ensina a lutar pelos nossos direitos e a tornar o processo educativo mais plenamente humano – enquanto criação cultural – são, por exemplo, a criticidade, a estética, a ética, o respeito aos conhecimentos e saberes dos/as educandos/as, a consciência do inacabamento da pessoa, a alegria, o diálogo, a esperança, a dinâmica entre liberdade e autoridade, o significado da compreensão da educação enquanto intervenção humana, entre outras categorias e idéias chave que por tantos



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semad/revista-saberes-docentes-em-acao>

anos estiveram presentes em sua práxis, entendida enquanto ação transformadora. (PADILHA, 2008, p.28).

Destarte, a Educação em Direitos Humanos compreende uma educação equitativa, democrática que visa a formação integral dos sujeitos, tais estes conscientes de sua realidade social e agente de transformação.

A importância da Educação em Direitos Humanos para a emancipação social dos sujeitos.

Para compreender a Educação em Direitos Humanos (EDH) é necessário entender que tal não preconiza a mera transmissão de conteúdos, mas sim a formação integral do ser humano, e a adoção de uma prática educativa que contribua para o empoderamento individual e coletivo (TAVARES, 2011).

A EDH deve conceber as singularidades e especificidades dos sujeitos, de forma a considerar a realidade social, no qual os educandos estão inseridos. Ela possibilita o desenvolvimento da formação crítica e reflexiva, "em outras palavras, devem favorecer a percepção da realidade, sua análise e uma postura crítica diante dela, trabalhando duas dimensões inerentes ao saber docente dos direitos humanos: a emancipadora e a transformadora" (TAVARES, 2011, p. 37).

O trabalho pedagógico desenvolvido em organizações sociais são imprescindíveis para o desenvolvimento humano e social dos sujeitos, visto que a partir de uma educação pautada nos direitos da dignidade humana é possível formar sujeitos conscientes, críticos e reflexivos de sua realidade e com isso, agentes de transformação tanto da sua realidade, quanto da sua comunidade.

Visando a emancipação social dos sujeitos, o instituto não somente atua com uma metodologia educacional baseada nos direitos humanos, mas também atua no desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos através da oferta de algumas atividades, entre elas: oficinas de cultura (balé, teatro, percussão, coral, pintura, ukulele) esporte (jiu-jitsu e futebol) para crianças e adolescentes na faixa



<https://seer.ufal.br/index.php/sda/submissions>

<https://maceio.al.gov.br/p/semad/revista-saberes-docentes-em-acao>

etária de 6 a 17 anos e 11 meses, cursos de qualificação profissional e empregabilidade. Desta forma, o instituto acompanha o desenvolvimento destes sujeitos desde a infância até a vida adulta.

A partir destas atividades, os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social (público-alvo da organização) encontram uma oportunidade para mudar a realidade da sua vida, e com isso tais sujeitos desenvolvem princípios e valores éticos e humanos através das oficinas de cultura e esporte e com a qualificação profissional, os jovens e adultos se qualificam profissionalmente e após qualificados tais sujeitos são encaminhados para o mercado de trabalho, tal qual empresas que coadunam com a visão, missão e valores da organização.

É partindo dessa trilha formativa que os sujeitos conquistam a sua emancipação social, isto é, emancipação esta de uma realidade vulnerável, em que tem seus direitos negados, negligenciados por uma sociedade desigual e discriminatória.

A emancipação social é efetivada quando os sujeitos tomam ciência de sua realidade social, em que tal consciência só é obtida, a partir da consciência crítica e reflexiva, e assim transforma não somente a sua realidade quanto a da sua comunidade.

Vale salientar que a emancipação social atua de forma intrínseca com a transformação social, diante disso, nos filiamos a fala de Freire quando o mesmo diz que a educação não muda o mundo, a educação muda pessoas, e pessoas transformam o mundo. A Educação é propulsora da transformação social do mundo, pois atua diretamente com os sujeitos que são protagonistas de tal transformação.

A Educação em Direitos Humanos para a emancipação social dos sujeitos deve

[...]desenvolver um processo educativo fundamentado nas experiências cotidianas. Possibilitar aos sujeitos dessa ação a análise crítica de sua realidade, a fim de não perpetuar a visão de conhecimento como algo a ser transferido, uma vez que a educação em direitos humanos exige uma prática educativa que possibilite a vivência dos direitos e o exercício dos deveres. Tudo isso com um único objetivo: contribuir para formar “gente mais gente” (TAVARES, 2011, p.40 *apud* FREIRE, 1997, p. 165).



Portanto, a Educação em Direitos Humanos compreende como uma educação emancipatória e transformadora de realidades de vida, que propicia a formação de sujeitos humanos, sociais, culturais e políticos. Não há educação transformadora se não estiver atrelada a uma prática educativa humanizada, que tenha o sujeito como protagonista da transformação social.

Considerações finais

O trabalho desenvolvido por organizações sociais é imprescindível para o desenvolvimento humano e social do indivíduo, não podemos falar em respeito a dignidade da pessoa humana se isso não vier atrelado as condições mínimas para que os sujeitos se desenvolvam e consigam transformar sua realidade.

As Organizações da Sociedade Civil vêm atuando no campo educacional, de forma complementar, e com isso, em parceria com instituições da rede regular de ensino efetiva uma educação integral. A Educação em Direitos Humanos emancipa e transforma a realidade dos sujeitos, fazendo com que eles tenham condições de se desenvolver tornando-se agentes de transformação de sua comunidade.

Desta forma, é imprescindível a discussão e reflexão sobre a atuação dessas organizações no campo educacional, visto que tais estão causando um grande impacto social nas comunidades periféricas. Compreender a atuação destas organizações consiste na compreensão de como está ocorrendo a formação dos sujeitos que habitam em bairros periféricos e como tais sujeitos estão desenvolvendo a sua emancipação social e transformando a sua realidade, a partir da educação, isto é, de uma educação integral efetivada a partir das parcerias entre tais organizações e instituições do ensino básico. Com isso, acredita que a educação é propulsora da transformação e emancipação social dos sujeitos

Referências

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >. Acesso em: 12 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **A mensagem de Paulo Freire**: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP. São Paulo, Nova Crítica, 1977.

MAÑAS, Antonio Vico; MEDEIROS, Eptácio Ezequiel. **Terceiro setor**: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez.2012.

PADILHA, Paulo Roberto. Educação em Direitos Humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 2, p. 23-35, jul. / dez. 2008

PEROZA, Juliano; SILVA, Camila Pompeu; AKKARI, Abdeljalil. Paulo Freire e a diversidade cultural: um humanismo político-pedagógico para a transculturalidade na Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p.461-481, 2013

TAVARES, Celma. Educação em Direitos Humanos: diretrizes e prática educativa. In: PINI, F. R. O; MORAES, C. V (org.). **Educação, participação política e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. p. 31-42